

ONDE A CULTURA É MATÉRIA-PRIMA DA EDUCAÇÃO POPULAR E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: OS BASTIDORES E O PROTAGONISMO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR¹

Luciene Aparecida da Silva*

RESUMO — *Num cenário mundial intensamente marcado pelo processo hegemônico de globalização, as contradições e demandas sociais se acentuam: num dos vértices, um acelerado avanço científico e tecnológico nunca antes experimentado pela humanidade, noutro, uma massa de pessoas desacreditadas, para as quais a educação formal tem se mostrado pouco eficaz na promoção da emancipação humana. Este artigo aborda a educação popular e o desenvolvimento comunitário como uma das instâncias constitutivas do processo de enfrentamento da exclusão social tendo a cultura como sua matéria-prima. Na discussão, são apresentadas diversas formas de ação, relação e atuação de uma organização do Terceiro Setor – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) - como agente fomentador do ativismo popular, capital social e formação de redes. As práticas empreendidas por esta Organização não Governamental (ONG) constituem alternativas eficazes ao enfrentamento da ausência ou insuficiência de políticas públicas direcionadas ao atendimento das demandas populares.*

PALAVRAS-CHAVE: *Terceiro setor. Educação popular. Desenvolvimento comunitário.*

*Mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA (Belo Horizonte). Graduada em Pedagogia (UEMG), Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino (SRE/Metropolitana C/SEE-MG). E-mail: lucie@uai.com.br

¹Artigo submetido à apreciação para apresentação oral no I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (Senapop), programado para ocorrer de 24 a 27 de novembro de 2009, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS). Tel./Fax (75) 3224-8134 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo III - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: dcis_uefs@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Sob o enfoque da educação popular e do desenvolvimento comunitário, enquanto instâncias constitutivas do processo de enfrentamento da exclusão social, o artigo em voga discute os aspectos fundamentais e princípios norteadores ou sustentadores da atuação da Organização não Governamental (ONG) – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)¹.

Estes aspectos reportam-se às características fundamentais da instituição: missão e valores, principais projetos, produção técnica e/ou teórica, premiações, parcerias, motivação e finalidades das pesquisas desenvolvidas, formas de captação de recursos e ações mais relevantes.

As análises aqui tecidas são produto de um estudo de caso, cujos procedimentos de investigação empregados orientam-se pelos princípios da *Webquest*, metodologia apropriada ao contexto de busca, coleta e seleção de dados em fontes disponíveis na Internet. Portanto, as informações correlatas a instituição em tela foram captadas no próprio *site* institucional e outras fontes veiculadas na mídia impressa e virtual, local e nacional.

O trabalho está organizado em quatro eixos específicos: primeiro – visita à literatura para uma melhor definição teórico-conceitual de alguns termos-chave; segundo – breve caracterização do CPCD e reflexões acerca do tema sustentado pela organização; terceiro - síntese ilustrativa dos principais aspectos que sustentam e norteiam as ações da organização e, finalmente, quarto – considerações finais acerca do estudo empreendido e as condições gerais apresentadas pela organização.

1 TERCEIRO SETOR, EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL - CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

Com a intensificação do processo de globalização, os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo

tendem a ficar ainda mais evidentes. E, como um dos desdobramentos desse quadro, no Brasil, o cenário dos anos noventa é marcado pela reforma do Estado, inaugurando uma nova fase na história das políticas públicas brasileiras.

Segundo (GOHN, 1997), novos direcionamentos começam a influenciar fortemente o campo social a partir desta década, fazendo emergir, de forma vigorosa, duas novas tendências: a proliferação das ONGs e as políticas de parceria implantadas pelo poder público.

Neste contexto, a reordenação política do país concorre para reconfiguração da relação Estado – Sociedade. E é, na lacuna colocada em evidência durante este processo, que ocorre a construção de um novo espaço constituído entre o Estado e o mercado, abrigado por uma série de entidades designadas como de esfera pública não – estatal, que abrigam um conjunto de organizações da sociedade civil, dentre as quais se destacam as ONGs.

Senhoras (2007, p.5) afirma que “esse processo vem colocando em xeque muitas estruturas políticas tradicionais quanto à sua adequação e ao seu desempenho na gestão das políticas econômicas e sociais, criando uma dicotomia oriunda dos desafios políticos para a construção de uma rede local de atendimento” às demandas sociais emergentes e crescentes.

Esta nova esfera que vem se revigorando no seio da transferência de parcelas de responsabilidades estatais para as Organizações de Terceiro Setor, em virtude da própria incapacidade do Estado de gerir e suprir o crescente volume de demandas sociais, tem atuado mais intensamente na prestação de serviços sociais, implantação e desenvolvimento de projetos diversos, assessoramento e parcerias como via de resposta às demandas ambientais, de responsabilidade social empresarial, de prevenção e combate ao uso de drogas, de defesa dos direitos humanos etc.

O histórico de atuação das ONGs, na educação, remete às décadas de sessenta e setenta, período em que as associações civis sem fins lucrativos, constituídas por pessoas dos segmentos políticos, religiosos, estudantis etc, já realizavam um trabalho social junto às populações empobrecidas.

Contudo, é a partir da década de noventa que a atuação das ONGs, na área educacional, se intensifica e ganha maior profundidade mediante a legitimidade e maior visibilidade conferida pela promulgação da Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Esta Lei define, em seu artigo primeiro, que a educação abrange processos formativos ocorridos em diferentes lugares, inclusive nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil (SAVIANI, 1997).

De acordo com Gonh (1997), neste período, emergem as ONGs desenvolvimentistas, com apresentação de propostas de desenvolvimento auto-sustentável, e as ONGs cidadãos, inclinadas a uma forte atuação nas políticas públicas e reivindicação dos direitos e da cidadania.

Atualmente, de maneira geral, as Organizações de Terceiro Setor – entidades sem fins lucrativos: associações, ONGs, fundações – que convivem e participam das atividades do setor público (aparelho estatal) e o setor privado (empresas) têm sido reconhecidas pela eficácia empreendida em torno do tratamento de questões ou demandas específicas da sociedade civil, prestando expressivas contribuições de fomento ao avanço social (RESENDE, 2008).

No período ditatorial, a atuação dessas organizações ocorreu à margem da educação oficial, intensificando-se, após o golpe militar de 1964, sobremaneira, a sua atuação em prol da defesa dos direitos humanos e à educação popular (OLIVEIRA; HADDAD, 2001).

Freire (2001, p. 101) define a educação popular como ação crítica radical libertadora, cuja tarefa fundamental consiste em:

[...] trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta [...] reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder passando por uma nova compreensão da produção, uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade.

Em referência à definição freiriana de educação popular, Gadotti (2006) caracteriza o movimento de educação popular como precursor, confirmador e reafirmador de uma prática educativa emancipatória da humanidade, para e pela cidadania, rejeitadora da neutralidade política e científica.

Nestes moldes, propõe-se a contribuir para a criação de condições facilitadoras e promotoras da reafirmação da cidadania como espaço de organização da sociedade para a defesa de todos os seus direitos.

Num contexto em que a Pedagogia Social é o grande aporte da educação popular, Santos (2003, p. 277) esclarece que:

A emancipação não é mais do que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político das processualidades das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social.

Para Melo Neto (2003), o conceito de popular refere-se a uma ação que tem sua origem ou direcionamento voltado às maiorias - povo, classe trabalhadora.

Assim, criança, adolescente, adulto, enquanto pessoas integrantes da comunidade, engajadas numa ação ou prática social mais ampla, não são meros beneficiários. São sujeitos e parceiros em todos os processos e etapas dos projetos e, como protagonistas, possibilitam o enraizamento das propostas, a geração e apropriação de novos saberes, a construção de novas tecnologias sociais, a formulação de indicadores de qualidade e fomento do desenvolvimento cultural e comunitário².

Neste cenário, o elemento político assume o papel de agente promotor de hegemonia dos setores majoritários da sociedade e o aspecto metodológico denota uma prática direcionada ao exercício da cidadania crítica.

Portanto, de acordo com Goddarg (2005), um trabalho de desenvolvimento comunitário sustentável é aquele que possui no escopo de seu plano, a parceria e a participação comunitária como fundamentos de sua sustentabilidade, que só é alcançada quando o processo de desenvolvimento pertence à própria comunidade local e por ela é gerido sem dependência de ajuda externa.

2 CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO – ONDE A CULTURA É MATÉRIA-PRIMA DA EDUCAÇÃO POPULAR E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O CPCD é uma organização não governamental (de natureza privada e função social pública), sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal, originária do idealismo, esperança e indignação de seu criador para com a miséria, dor e abandono do ser humano³.

A instituição foi fundada em 1984, em Belo Horizonte, Minas Gerais, por Sebastião Rocha⁴, o “popular Tião Rocha”. Está sediada na Rua Paraísoópolis, n 80 A, Bairro: Santa Tereza e possui escritórios nas cidades mineiras de Curvelo e Araçuaí.

Adota como pedra fundamental de sua atuação as áreas de educação popular e desenvolvimento comunitário.

Tião Rocha caracteriza o CPCD como um espaço horizontal, onde adultos e crianças misturam suas “visões de mundo” no mesmo aprender e ensinar, constituindo assim uma usina de educação em permanente ebulição, em que mexer no tacho a receita de sabão não só recupera remotas heranças, mas a dignidade que a sabedoria e o poder de criar restauram no homem.

O educador descreve também o CPCD como um “espaço da utopia”, onde são celebrados os rituais e as festas da memória e onde se canta e se dança a identidade, com base na convicção de que “educação é algo que só ocorre no plural” e que “desenvolvimento é geração de oportunidades” (CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, s/d.).

O fundador atribui o êxito da organização ao trinômio: metodologia inovadora, formação de educadores e participa-

ção comunitária. E, na sua concepção, a comunidade é muito mais que o *locus* de convivência social, compreende fonte inesgotável e geradora das mais variadas oportunidades.

Nestas condições, é apresentada e enfatizada como prioridade a necessidade de concretização da mudança de paradigmas, assumindo a conotação de convite ao “pensar fora da caixa preta”.

Na concepção filosófica do CPCD, este “pensar fora da caixa preta” tem como pressuposto básico a promoção da mudança paradigmática da “idéia de mensuração da carência humana”, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a “idéia de mensuração da potencialidade humana”, através do Índice de Potencialidade de Desenvolvimento Humano (IPDH), no qual é mensurado o lado luminoso: acolhimento, convivência, aprendizagem, oportunidade, ação etc.

Em consonância com esta concepção filosófica, na prática empreendida durante o fazer cotidiano da equipe comunitária de trabalho, os educadores sociais concentram esforços em prol da garantia da **não – presença e negação total dos “não – objetivos”**⁵.

Os “**não-objetivos**” combatidos pelo CPCD referem-se à criação de uma relação desigual entre crianças e adultos, fazer da criança um objeto de interesse dos coordenadores e pais, repassar modelos e qualidades de vida próprios como soluções para as crianças, pensar na criança como “página em branco”, ver a criança como “adulto em miniatura”, orientar suas ações com base na crença de que os conhecimentos próprios são os únicos e verdadeiros, formar pessoas omissas, podar o espírito crítico, perpetuar a idéia de escola como um lugar onde se entra, mas não se permanece (*Idem*).

Portanto, segundo a concepção filosófica do CPCD, os **não - objetivos** constituem a negação ou a contramão dos verdadeiros pilares das ações metodológicas e organizacionais da entidade, a saber – a pedagogia da roda, a pedagogia do brinquedo e a pedagogia do sabão que compreendem a:

- busca sistemática de formas criativas e inovadoras de educação e de desenvolvimento sustentado;

-utilização dos saberes e fazeres culturais dos participantes como matéria-prima das ações pedagógicas;
 Diálogo como princípio de pluralidade e gerador de novas práticas educativas e de desenvolvimento
 (CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, s/d.).

No que se refere à formação de professores, cabe ressaltar que o CPCD considera como a grande responsável pelo investimento institucional na capacitação destes profissionais, enquanto agentes construtores de oportunidades, de cidadania e promotores de mudança e generosidade, a convicção gestonária institucional de que somente dispondo de educadores, portadores de elevado grau de comprometimento e formação adequada, é que se torna possível empreender com sucesso os projetos organizacionais.

Quanto à participação comunitária, a concepção que se tem dos sujeitos envolvidos no processo é de que são protagonistas sociais impulsionadores do desenvolvimento comunitário e não apenas meros beneficiários ou objetos de interesses diversos e adversos (CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, s/d.).

Contudo, cabe destacar que algumas das organizações engajadas em ações de natureza semelhantes às desenvolvidas pelo CPCD, tomando como exemplificação o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) – não priorizam a definição ou distinção precisa entre os termos – local ou comunitário como sendo o mais importante:

[...] e sim a capacidade de fortalecer o protagonismo local, a participação social qualificada, tendo por referência a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das camadas socioeconomicamente menos favorecidas, num dado território, não delimitado em seu sentido geográfico, mas a partir das articulações e das organizações horizontais e democráticas que ali atuam (CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA, 2005).

As ações, projetos sociais e metodologias empreendidas pelo CPCD elegem com destaque, no Art. 4, § único do seu Estatuto, os conceitos de **“Educação”**, **“Cultura”** e **“Desenvolvimento”** como pilares de sua atuação. Tais conceitos permitem identificar uma concepção de desenvolvimento comunitário sustentável, na qual o processo de desenvolvimento emerge da sinergia das peculiaridades locais e comunitárias.

Ao tomar o fenômeno do desenvolvimento comunitário como um ativo inerente, recorrente, pertencente e gerido pela própria comunidade local, diversas estratégias de mobilização em prol do fomento ao protagonismo comunitário são colocadas em evidências.

Dentre estas estratégias destacam-se: o fortalecimento do sentimento de pertença, dos laços de solidariedade, participação nos processos decisórios, valorização e incremento às práticas e manifestações culturais locais.

Estas e outras estratégias constituem os ingredientes básicos do fortalecimento da parceria e da participação popular que, por conseguinte, são constituídas a partir da relação de confiança e cooperação mútuas estabelecida entre os membros da comunidade, nas mais variadas circunstâncias relacionadas aos interesses coletivos, em defesa do bem comum e, em especial, em situações de enfrentamento dos problemas sociais comunitários.

O movimento cíclico deste processo passa então a impulsionar o desenvolvimento e expansão dos níveis de cooperação e circulação do capital social, entre os diversos organismos e atores sociais presentes em toda a comunidade local.

Em sentido amplo, pode-se afirmar que, dentre outros fatores, o capital social e a participação se revelam como mola mestra de um desenvolvimento comunitário sustentável.

3 OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO E ATUAÇÃO DO CPCD

O CPCD tem como missão organizacional “promover a educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria – prima de ação institucional e pedagógica”.

Constituem seus valores fundamentais, o respeito, a cidadania, a generosidade e a cooperação.

Assim, há vinte e três anos, desde a sua fundação, o CPCD vem elaborando e gerindo projetos de ação educativa – comunitária e de pesquisa – ação educativa – comunitária, prestando assessoramento e cooperação técnica a entidades de terceiro setor, públicas e privadas, em âmbito estadual, sobretudo em Minas Gerais, nacional e internacional.

Atualmente, compõe o quadro de ações da organização um total de quinze projetos, distribuídos por atuações junto à:

- Educação Infantil – **Sementinha** (ou “A escola de baixo do pé de manga”) e **Cidade Criança**;
- Protagonismo Infante – juvenil - **Ser Criança** (ou “A educação pelo brinquedo”); **Bornal de Jogos** (ou “Brincando também se ensina”), **Ponto de Cultura**, **Agentes Comunitários de Educação** (ou “Soldados da Cidadania”);
- Direitos das crianças e adolescentes e capacitação de professores – **Bornal de Jogos da Paz**, **Constelação**; de sustentabilidade ambiental, inclusão digital e geração de trabalho e renda a partir de “saberes e fazeres” comunitários – **Fabriquetas** (ou “Núcleos de produção de tecnologias populares”), **Cooperativa “Dedo de Gente”** (ou “Produtos artesanais e industriais caseiros do Centro e Norte de Minas”), **Caminho das Águas** (“Uma proposta para o semi – árido”), **Fabriqueta de Software** (“Um novo Brasil no Jequitinhonha”), **Telecentro Caminhos do Rosa** (“Espaço de inclusão digital, pesquisa, registro, valorização e preservação da memória do Grande Sertão.”);
- Desenvolvimento Comunitário – **Araçuaí: De UTI Educacional a Cidade educativa, Vargem da Lapa – de UTI Educacional a Cidade Educativa e Arassussa: Araçuaí Sustentável.**

Dentre os projetos supra-relacionados, destacam-se, em primeiro lugar, **Arassussa – Araçuaí Sustentável**, e, em segundo lugar, **Cidade Criança**.

O **Arasussa – Araçuaí Sustentável** congrega, desde 2005, os esforços de quatorze organizações brasileira do segundo e terceiro setor, ligadas à Fundação AVINA.

Estas vêm atuando em diversas regiões brasileiras, tendo como objetivo comum “contribuir para a transformação social do Vale Jequitinhonha.”

Araçuaí – cidade pólo da região – considerada modelo de “cidade sustentável”, sob a bandeira consensual desenhada a partir dos encontros e teleconferências até então realizadas, expressa o resultado da soma dos esforços despendidos em favor do “empoderamento comunitário”, do compromisso ambiental, da satisfação econômica, dos valores éticos, humanos e culturais, do território como ponto de partida, das alianças interinstitucionais e tecnologias sistemicamente conectadas.

O projeto **Cidade Criança** está fundamentado no pensamento de educadores de Nampula e Moçambique – de que “é preciso toda a aldeia para educar uma criança” (CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, s/d.).

A síntese de sua intencionalidade corresponde ao postulado de fazer de todo e qualquer espaço social e comunitário da cidade um espaço-tempo permanentes de acolhimento, convivência, aprendizagens e oportunidades. Seu atendimento prioritário destina-se às crianças de zero a seis anos de idade, das regiões periféricas e rurais de Araçuaí.

No que tange à vasta produção técnica e ou teórica da organização e de seus membros, cabe ressaltar que algumas delas encontram-se disponíveis para download gratuito no site da instituição.

Dentre estas produções destacam-se livros, textos artigos e catálogos onde estão sistematizadas informações e metodologias empregadas nos projetos e ações desenvolvidas no CPCD, alguns já apresentados no escopo deste trabalho.

Nesta categoria, está relacionado o catálogo de produtos artesanais “Dedo de Gente” e de artesanatos Minas Gerais: SEBRAE – MG, 2005; guias e manuais para a elaboração de IQP’s – Indicadores de Qualidade em projetos Sociais, para elaboração de PTA – Plano de Trabalho e Avaliação, ambos certificados em 2005 pelo Banco do Brasil como Tecnologias

Sociais, Guia do Presente Solidário, jornais - Jornais Dedo de Gente e Projeto Ser Criança Curvelo, Plantas Medicinais, Gibizinho, e muitos outros.

Quanto às consultorias realizadas pela organização, situam-se a dos projetos sociais do Jarí (Fundação Orsa) nos estados do Pará e Amapá, Criança – família e Desenvolvimento, em Moçambique, projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna, prefeituras municipais, na área da saúde para o Governo do Estado do Maranhão, Empresa Veracel Celulose S. A. de Eunápolis, Bahia, etc.

No quesito premiações e destaques, constam um universo de concursos, títulos, medalhas, reconhecimento e prêmios conferidos na esfera local, nacional e internacional: Medalha da Inconfidência – 200 anos da Inconfidência Mineira (1989), Personagem do Programa “Gente que Faz” da Rede Globo de Televisão, exibido em (26/02/94) e reapresentado em (12/08/95), matéria especial na revista “Changemakers Magazin” em Calcutá na Índia em (junho de 1995), Prêmio Criança (1995) da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Medalha de Ordem do Mérito Legislativo Municipal de Curvelo em (agosto de 1996).

No que tange ao reconhecimento na mídia, o CPCD coleciona inúmeras matérias publicadas em veículos de informação e/ou formação: “Revista Dois Pontos – Teoria & Prática em Educação”, (junho de 1997), destaque no Caderno “Crer Para Ver”-Fundabrinq (fevereiro de 1998), Revista “Nova Escola”, n. 120 (março de 1999), nos jornais “Estado de Minas”, “Estado de São Paulo”, “Jornal da Ciência”, periódico “Educação Notícias” do MEC, etc.

Há inúmeros ex-parceiros e atuais parceiras da rede tecida face ao protagonismo social da organização, a saber – Banco de Êxitos S.A – Solidariedade e Autonomia, Banco do Brasil, Unibanco, Fundações AVINA e Bernard van Leer, Grupo Ponto de Partida, Escola de Teatro Bolshoi Brasil, Cia Fabril Lepper, Instituto Oi Futuro, Ministério da Cultura, UNESCO, Petrobrás e diversas prefeituras municipais.

No que se refere às iniciativas socialmente mais relevantes, destacam-se algumas já certificadas e reconhecidas na-

cionalmente como Tecnologia Social Efetiva, a saber: o Banco do Livro – “espaço cultural para estimular e desenvolver o hábito da leitura. Um celeiro de obras aberto a toda a comunidade.”

Trata-se de um banco, que não tem alteração cambial e cuja única moeda é o livro. De posse de um livro, qualquer pessoa pode ler todo o acervo disponível, através do sistema de troca (1x1). Qualquer livro, desde que em bom estado, pode ser trocado. Os interessados levam os livros e trocam pelos que necessitam. Assim, com um único livro pode-se fazer várias trocas, ampliando as possibilidades de leitura. O serviço é gratuito e pode ser implantado em qualquer comunidade. A proposta de montar o Banco do Livro veio como mais uma possibilidade de contribuir com a melhoria do rendimento escolar, colocando mais informações à disposição dos estudantes e de toda a comunidade⁶.

Somente na cidade de Araçuaí, no período compreendido entre (2004 – 2006) foram empreendidas as seguintes ações:

Algibeiras de Leitura, Banco da Solidariedade, Banco do Livro Biblioteca Itinerante, Bernal de Jogos, Bernal de Livros, Cinema Itinerante, construção de Escola Estratégica, Empório Solidário, Folia do Livro, Formação de Agentes Comunitários de Educação, Formação de Educadores Sócios, Formação de Jovens Agentes Comunitários da Educação, Formação de Mães – Cuidadoras e Tecnologias Comunitárias de Aprendizagem (CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, s/d.).

Dentre a diversidade de projetos e ações aqui relacionados, cabe destacar que há atividades comuns a todos os núcleos, dentre as quais se referenciam: procedimentos de avaliação da equipe segundo os princípios do PTA, visitas diárias às casas das crianças e gestantes, reuniões de avali-

ação com a comunidade, com periodicidade mensal e que contribuem para a correção de rotas e na valorização de projetos implantados, oficinas de saúde da mulher e cuidados com as crianças, desde o parto até os seis anos e outras mais.

Finalmente, no que se refere às principais formas de captação de recurso adotadas pela entidade, verificam-se financiamentos através de projetos e políticas públicas e sociais e recursos provenientes de doações e incentivos fiscais (dedução do Imposto de Renda devido).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se os aspectos fundamentais e justificadores do desempenho do CPCD, descritos no escopo deste trabalho, verifica-se que os projetos e ações sociais empreendidos pela entidade têm contribuído significativamente para a promoção da emancipação humana.

É a emancipação humana o legado maior da Pedagogia Social freiriana que, em seu âmago, concebe a educação popular como ação eficaz no processo de enfrentamento da exclusão social, tendo como matéria-prima a cultura a serviço da promoção do desenvolvimento comunitário.

Neste sentido, os aspectos aqui elencados, via pesquisa *Webquest*, permitem qualificar o CPCD como agente fomentador de ativismo popular, do capital social e formação de redes, do empreendedorismo de práticas sociais eficazes no enfrentamento dos problemas comunitários locais face à ausência ou deficiência das políticas públicas implantadas.

Durante seus vinte e três anos de atuação, a organização vem se consolidando como modelo de gestão profissionalizada de terceiro setor, no sentido de apresentar um processo histórico de acúmulo de práticas e experiências de efetivo e comprovado sucesso.

Neste contexto, as metodologias criadas e adotadas evidenciam inovação, além de aglutinar e revelar os aspectos socialmente relevantes no que se refere à temática defendida pela instituição – educação popular e desenvolvimento comunitário – num contexto em que todo o enfoque adotado visa à

consolidação da condição emancipatória de cidadania humana.

Portanto, a organização tem-se confirmado como “referência em qualidade, exemplo de desenvolvimento sustentável e alternativa eficaz na implantação de políticas públicas e sociais” em virtude da adoção de práticas educativas inovadoras, resultados comprovados e sistematizados, sinalizadores de novas possibilidades de promoção de desenvolvimento harmônico, equilibrado, e coerente com o meio sócio – cultural⁷.

Contudo, no atual cenário social, ainda são grandes os desafios relacionados ao reconhecimento valorativo das contribuições recorrentes das práticas e processos de educação não formal empreendidas por organizações e atores sociais diversos.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido em termos de ações concretas e melhoria das condições de fomento, apropriação e uso qualificado e eficaz dos espaços sociais não formais de aprendizagem.

WHERE CULTURE IS THE RAW MATERIAL OF POPULAR EDUCATION AND COMMUNITY DEVELOPMENT: BEHIND THE SCENES OF A THIRD SECTOR ORGANIZATION

In a scenario marked by intense global hegemonic process of globalization, the contradictions and social demands are accentuated: in one of the vertices, an accelerated scientific and technological advances never before experienced by mankind, in another, a mass of people discredited, for whom formal education has proved ineffective in the promotion of human emancipation. This article discusses the popular education and community development as one of the bodies that constitute the process of facing social exclusion by means of culture as its raw material. In this discussion, are presented different ways of action, relationship and performance of an organization of the Third Sector – Popular Center for Culture and Development (PCCD) – as an agent developer of popular activism, social capital and networking. Practices undertaken by Non Governmental Organization (NGO) are effective alternatives to cope with the absence or inadequacy of public policies aimed at meeting the popular demands.

KEY WORDS: *Third sector. Popular education. Community development.*

NOTAS

- ¹ www.cpcd.org.br
- ² Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).
- ³ Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).
- ⁴ Antropólogo, educador popular, folclorista, autor de obras de desenvolvimento cultural e comunitário, dentre as quais se destacam: *Escola debaixo do pé de manga*, *Questão Central*, *Sabores & Cores das Minas Gerais*, *Cultura: matéria-prima da Educação*, *A função do educador*, *O fazer popular no sertão mineiro*, *Cultura popular e folclore no Vale do Jequitinhonha* etc. É membro de várias organizações de fomento às iniciativas na área – presidente do CPCD, membro da Ashoka Empreendedores Sociais, presidente do Banco de Êxitos S.A., líder Avina, líder Social do Brasil, membro da Aideca, fundador da Care Brasil etc; ex-professor universitário da PUC-MG e UFOP- MG, ex-consultor do Comitê de Programas Complementares Escola do Instituto Ayrton Senna, ex-Secretário Municipal de Educação de Araçuaí - Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, etc. Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).
- ⁵ Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).
- ⁶ Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).
- ⁷ Disponível em www.cpcd.org.br). Acesso em (18/08/08).

5 REFERÊNCIAS

CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - CEDAC. **Boletim CEDAC em Ação**. Ano.1, n.04, jan-jun/2005. Disponível em: <http://www.cedacnet.org.br>. Acesso em: 18 ago. 2008.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br>. Acesso em: 18 ago. 2008.

FREIRE, Paulo. *Direitos humanos e educação libertadora*. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

Sitientibus, Feira de Santana, n. 43, p. 47-63, jul./dez. 2010

GODDARD, Emelita Santos. **Princípios e práticas do desenvolvimento comunitário sustentável**. 2005. Disponível em: <http://tilz.tearfund.org>. Acesso em: 18 ago. 2008.

GADOTTI, Moacir. **La pedagogia de Paulo Freire y el proceso de democratización em Brasil**. Alguns aspectos da sua teoria, do seu método e da sua praxis, 2006. Disponível em: <http://www.paulofreire.org>, Acesso em: 18 ago. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELO NETO, José Francisco. **O que é popular**. In: O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

OLIVEIRA, Anna C.; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGS de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.112, p. 60 -90, mar., 2001.

RESENDE, Tomaz de Aquino. **Roteiro do Terceiro Setor: Associações e fundações: O que são, como instruir, administrar e prestar contas**. Belo Horizonte: Editora Prax, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. **A nova LDB: limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local: as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento Regional**. G&DR. v. 3, n. 2, p. 3-26, mai-ago. 2007.

Recebido em: 10/10/2009
Aprovado em: 17/03/2010